

**Fronteira e Sentido:
A configuração geográfica das Minas Gerais setecentistas**

RAFAEL GIORGI COSTA*

Introdução

O título deste texto pode sugerir uma derivação para a fenomenologia, o que poderia ser uma tentativa de explicação dos processos sócio-espaciais ocorridos nas Minas Gerais setecentistas através do “imaginário” local. Entretanto, e pelo contrário, o termo “sentido” é aplicado aqui no seu significado mais *indicativo* possível, como utilizado por Caio Prado Jr. (1996): o *sentido externo* das divisas no Brasil colônia. Isto significa dizer que existiu uma tendência à impossibilidade de reinvestir as riquezas internamente. Tentaremos neste texto explorar os efeitos desta lógica externa no que se refere ao movimento de avanço das fronteiras do Brasil Colônia, mais especificamente na região das Minas Gerais, sustentando que este *sentido* tem como aspecto fundamental a geração de avanços espaciais baseados na ruralização do território. Entende-se por ruralização o processo de produção do espaço fundamentado na agricultura, na pecuária e/ou no extrativismo, o que não significa a inexistência de cidades e vilas, mas sim o surgimento delas em função da organização, administração e polarização do campo a sua volta, aumentando a produtividade rural.

Estes avanços espaciais das fronteiras da colônia podem ser entendidos como movimentos de expansão global das fronteiras do sistema capitalista, toda vez que a esfera de influência desta economia aumenta pela inclusão de novas áreas do globo. Neste texto, estudaremos o que se chama genericamente de “caminhos do ouro” ou “estradas reais”, ligações que têm muito a revelar sobre a lógica da produção do espaço colonial, pois configuram, em certo momento, um padrão específico de configuração espacial denominado por alguns autores de “rede dendrítica” (formato de bacia fluvial). Tal forma contém em si uma tendência e um *sentido*, tratando-se, portanto, de uma forma-conteúdo como veremos mais adiante. Utilizaremos o ferramental do campo da

* Universidade de São Paulo – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Bacharel em Geografia.

geografia histórica para reafirmar que o desenvolvimento das forças produtivas locais, na fronteira, atua em benefício da exterioridade de seu local de atuação, em benefício de uma acumulação de divisas na centralidade do sistema capitalista, seja esta centralidade as próprias cidades nucleares mineiras (cidades cabeça destas “redes dendríticas”) ou as metrópoles européias para as quais as primeiras serviam de entreposto no caminho das riquezas. Nesta linha de raciocínio é possível levantar a hipótese de a configuração espacial dos caminhos, ou a “rede”, adentrar ao conjunto das forças produtivas. Como afirma Lefebvre:

“O **arranjo espacial** de uma cidade, uma região, um país ou um continente aumenta as forças produtivas, do mesmo modo que o equipamento e as máquinas de uma fábrica ou de um negócio, mas em outro nível. Usa-se o espaço exatamente como se usa uma máquina” (Lefebvre, 1979, p.287 *apud* Gottdiener, 1993, p. 128).

Mas a leitura das Minas Setecentistas da qual partimos para elaborar esta hipótese está hoje colocada em cheque por alguns historiadores contemporâneos que afirmam ser esta uma leitura “tradicional” que coloca o sistema mercantilista como determinante da sociedade e da economia nas minas setecentistas. Alegam ter existido uma complexa economia rural interna e local tão ou mais importante que a produção de ouro para exportação, e por isso, negam a relação metrópole-colônia como limitadora do processo de desenvolvimento da economia nas Minas Gerais. Mas veremos que tais argumentos “dobram-se sobre si mesmos” na medida em que reequacionar e elevar a importância da agricultura mineira da época reafirma a ruralização do território reforçando a essência do pensamento clássico sobre o *sentido externo* e sobre a impossibilidade de industrialização.

Ruralização e revolução industrial nascente ao mesmo tempo e em espaços diferentes colocam em evidência a simultaneidade (tempo) da totalização (espaço) do processo capitalista. Ou melhor, colocam em evidência a necessidade de se ter um contraponto à industrialização, uma participação no processo *negativamente*. Como afirma Novack (2008:41), “o fraco desenvolvimento capitalista nas colônias foi produto e condição do superdesenvolvimento das áreas metropolitanas, que se realizou às custas das primeiras”. Isto significa uma leitura baseada na categoria “totalidade”, na supremacia do todo sobre as partes. As Minas Gerais setecentistas como particularidade periférica desta totalização capitalista foram um “pequeno detalhe daquele quadro

imenso” (PRADO JR., 1996:20). Sobre esta visão crítica de Caio Prado Jr. da história do Brasil, Alfredo (2008:9) argumenta:

“a constituição do Brasil enquanto sociedade fez-se através de relações sociais de produção centradas na exportação de mercadorias. As desigualdades regionais, expostas ao longo desta obra (Formação do Brasil Contemporâneo, 1942), mostram como que as suas respectivas formações, povoamentos e atividades econômicas, tornam-se possíveis ou não segundo a maior ou menor integração das mesmas no contexto mercantil colonial... tal integração se faz sob a égide de uma dinâmica mundial, seja colonial ou não, que se integra à formação econômica capitalista européia (...).

“Do ponto de vista de uma interpretação histórica formativa, o período colonial caracterizar-se-á como um longo período de acumulação primitiva européia, contribuindo, a colônia, com o processo de acumulação industrial naquele continente”.

É sintomático que o prêmio Jabuti 2008 em ciências sociais tenha sido concebido à coletânea “História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas” (RESENDE & VILLATA, 2007), que em diversos artigos, principalmente nos textos de Moraes, Borges & Reis e Romeiro – sobre os quais nos debruçaremos mais adiante após um movimento de abstração teórica sobre as fronteiras – questiona a leitura da totalidade do sistema mercantilista, considerando-a como uma tradição que deve ser superada. Sintomático porque, não raro, o pensamento da contemporaneidade (para não dizer pós-modernidade) no campo das ciências humanas (não apenas) tende a eliminar tradições e anunciar os “fins”.

Considerações sobre a categoria *fronteira*. Perspectiva histórico-geográfica

Interessa-nos aqui, antes da análise do avanço das fronteiras pelas Minas Gerais do século XVIII, debater esta categoria como uma categoria espaço-temporal, ou seja, entendê-la e trabalhá-la na perspectiva de movimento espacial e não como sinônimo de limite territorial.

Lia Osório Machado (1998:42) faz uma importante distinção/relação de cunho teórico entre “fronteira”, basicamente um movimento de expansão, e “limite”, consolidação deste movimento.

“O chamado “marco de fronteira” é na verdade um símbolo visível do limite. Visto desta forma, o limite não está ligado à presença de gente, sendo uma

abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, freqüentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira. Por isso mesmo, a fronteira é objeto permanente da preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação. Por outro lado, enquanto a fronteira pode ser um fator de integração, na medida em que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais”.

Em outro texto (2002:8), o Grupo RETIS do qual a autora faz parte, aponta a diferença entre o movimento de expansão externa das fronteiras, ou seja, fronteiras que estão além dos limites, como as colônias das metrópoles européias, por exemplo, e um outro movimento, o de expansão das fronteiras internas, como o clássico “avanço para o oeste” norte-americano. Ora, isto significa dizer que as fronteiras da colônia são as fronteiras externas da metrópole, e que, embora a autora não elucide, a questão que se coloca como desdobramento deste raciocínio é sobre a formação deste capitalismo periférico como *negatividade* de um mesmo processo do capital central. Outros autores apontam suas análises para esta direção.

José de Souza Martins (2009:137) difere “frente pioneira”, conceito comumente utilizado por geógrafos como Pierre Monbeig quando analisa a “conversão da terra em mercadoria”, de “frente de expansão”, mais estudada por antropólogos como Darcy Ribeiro, onde “quase sempre o dinheiro está ausente”, seja nas relações de peonagem ou escravidão por dívida, seja na introdução dos índios e camponeses na economia moderna. Portanto, para este autor, esta frente de expansão está “longe do que tanto Marx quanto Weber poderiam definir como capitalista”, mas precede a frente pioneira da economia moderna, pois produz relações que são uma espécie de preparação: “a reprodução ampliada do capital, nesses casos (de peonagem e escravidão por dívida), inclui a produção não capitalista de capital” (MARTINS, 2009:82). Nesta “frente de expansão”, não se realizam os “componentes da produção propriamente capitalista, como o salário, o capital e a renda da terra” (MARTINS, 2009:156), ainda que esta “zona de fronteira” esteja dentro do processo de reprodução ampliada do capital.

No entanto, o apontamento disto como uma contradição sugere que o capitalismo é um “modelo” tal qual o clássico capitalismo europeu, e que por isso não

poderíamos chamar as fronteiras do Brasil Colônia de capitalistas. Isto pode nos distanciar de uma leitura da totalidade em que se combina com este capitalismo “clássico” um capitalismo periférico com a especificidade de participar do mesmo processo capitalista com um *sentido externo* que o define como espaço de expansão das fronteiras externas das metrópoles.

Alfredo questiona da seguinte maneira a contradição apontada por Martins:

“a integração, produção e reprodução do não especificamente capitalista é, também, ou num dado momento, a formação econômico e social capitalista em suas determinações críticas que, por causa de sua dificuldade de reposição, incorpora e reproduz o outro de si como sua necessidade”
(ALFREDO, 2008:5. Grifo nosso).

A necessidade da constituição do “não capitalismo” (o “outro de si” para o capitalismo) é antes de tudo uma necessidade de expansão espacial, uma necessidade de se ter a “negatividade” espacial; frentes de expansão como possibilidade/potencialidade de avanço.

David Harvey (2001), em capítulo intitulado *uma reconstrução espacial da teoria marxista*, desenvolve a questão por este viés. O avanço das fronteiras é, para ele, movimento antes de tudo necessário e crítico do capital. Segundo o autor, “quanto mais difícil se torna a intensificação (do processo de acumulação), mais importante é a expansão geográfica para sustentar a acumulação de capital” (HARVEY, 2001:48). Este avanço se combina com outros três elementos sobrepostos: a transformação da agricultura de subsistência do camponês em agricultura empresarial, a criação de novos desejos e novas necessidades, e a facilitação e o estímulo para o crescimento populacional, ou seja, aumento da mão de obra e do mercado consumidor (a partir de políticas de incentivo à imigração ou até mesmo a vinda de escravos) (HARVEY, 2001:48). Mas é precisamente sobre a expansão geográfica como produto e condição do processo da totalidade capitalista que se debruça o autor, pois os outros três elementos “podem ser vistos como matéria de *intensificações* da atividade social, dos mercados e das pessoas numa específica estrutura espacial” (HARVEY, 2001:48).

Percebe-se um importante raciocínio em Harvey, que não se trata de discriminar um espaço como capitalista ou não capitalista, mas espaços com aspectos “mais ou menos modernos”, e isto em diversos “aspectos” da modernização, diferencial que possibilita uma expansão necessária ao próprio processo quando se encontra em crise:

“se o modo capitalista de produção prevalecer em todos os aspectos, em todas as esferas e em todas as partes do mundo, haverá pouco ou nenhum espaço restante para a acumulação adicional (o crescimento populacional e a criação de novos desejos e necessidades seria as únicas opções)” (HARVEY, 2001:64).

Contudo, Harvey nos lembra que ainda não está clara uma teoria geral do capitalismo, das *maneiras* propriamente ditas pelas quais o capitalismo cria novos espaços para a acumulação. O autor, assim, na falta de uma síntese para a teoria das fronteiras como totalidade, nos dá um encaminhamento para o texto:

“A teoria geral de Marx fala da necessidade de expandir e intensificar geograficamente. Porém, não fala exatamente como, quando ou onde. Considerando a interseção desses argumentos genéricos com análises históricas concretas, seremos capazes de identificar a lógica subjacente ditada pela acumulação do capital em ação” (HARVEY, 2001:66).

Os caminhos e fronteiras das Minas Gerais Setecentistas

Discutiremos agora, utilizando os pontos levantados acima sobre as fronteiras, três artigos contidos no livro “História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas” (RESENDE & VILLATA, 2007), com o objetivo de se contrapor às críticas ali encontradas sobre a leitura da história da qual partimos neste texto. De início, é preciso ressaltar que as pesquisas ali contidas são, para nós, de grande valor científico, mas isto pela verticalização do estudo sobre a agricultura mineira setecentista e não pelo sugerido rompimento com as idéias “tradicionais”. Em nossa visão, curiosamente, estes estudos reforçam a leitura da história efetuada por Caio Prado Jr e Celso Furtado contra a qual se posicionam os seus autores.

Fernanda Borges de Moraes, em seu artigo *De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais* (2007), argumenta que é preciso rever as análises tradicionais da historiografia, principalmente os trabalhos de Caio Prado Jr. e Celso Furtado que

“pautados por análises de viés macroeconômico, reduziram o sentido da colonização do território mineiro a uma economia de caráter exclusivamente exportador, dando pouca atenção aos mercados internos, considerados de expressividade mínima e desprezível” (MORAES, 2007:65).

Ao contrário do que a autora diz, Celso Furtado (1969) já afirmava que com a descoberta de ouro no Brasil

“Criou-se um importante mercado de animais de tração e surgiram oportunidades para a mão-de-obra subempregada da economia açucareira. O Rio São Francisco, que liga a região pecuária do Nordeste à área mineira, transformou-se em importante linha de comunicações. (...) Desenvolveu-se, assim, a vida urbana e formou-se um mercado de alimentos, que veio somar-se ao ainda mais importante mercado de animais de tração destinados ao extenso sistema de transportes que articulava a vasta região aurífera ao porto do Rio de Janeiro. Esse mercado de animais foi principalmente abastecido pelas regiões sulinas, cujas possibilidades para a pecuária logo se fizeram conhecidas. Desta forma, o pólo mineiro permitiu que se formasses, entre o Nordeste, o Centro e o Sul do território brasileiro, vínculos econômicos, já no século XVIII.” (FURTADO, 1969:65)

Para Moraes, na tentativa de se contrapor aos supostos argumentos de Celso Furtado, na segunda metade do século, a crise “estimulou transformações nestas atividades (agrícolas e pecuárias), com investimento na produção interna, mantendo-se como importante centro exportador” (Moraes, 2007:66). É possível reconhecer raciocínio similar em Celso Furtado (1972:96):

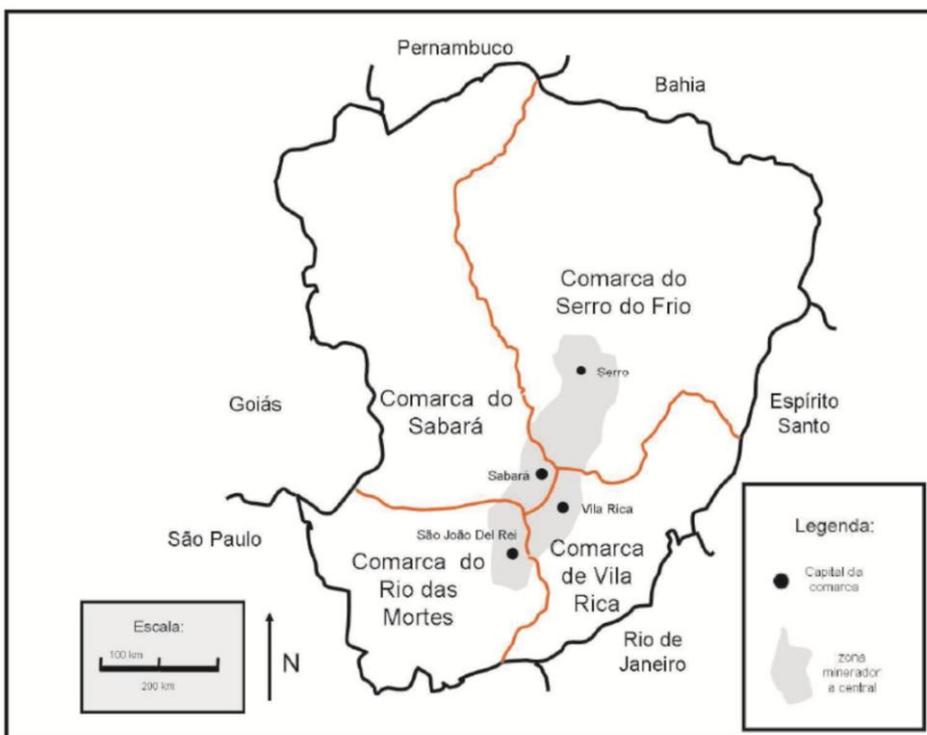
“a pecuária desempenhou certo papel de estabilizador das atividades econômicas em seu conjunto. Nas fases de depressão da atividade econômica principal, a pecuária podia absorver a mão-de-obra livre e a capacidade empresarial sobrantes”.

O artigo de Moraes pretende captar estas transformações rurais pela configuração interurbana mineira da época, o que para ela era uma complexa e dinâmica rede urbana, com alinhaves macrorregionais, hierarquias e polarizações. Como ela mesma aponta, ao final do período colonial

“apenas 15 vilas e uma cidade haviam sido criadas na Capitania de Minas Gerais. No desenho do seu território, esses núcleos desempenhavam o papel de pólos regionais, sendo que algumas de quase uma centena de freguesias e muitos arraiais figuravam como importantes centros de articulação macro e microrregional, expressando a coesão de uma complexa rede urbana, que favoreceu o desenvolvimento de uma sociedade diversificada do ponto de vista social e produtivo, dotada de estruturas burocráticas complexas, de mobilidade social, de vida cultural e artística com uma insuspeitada força (MORAES, 2007:82).

Luis Bustamante Lourenço (2007) se aproxima mais da nossa visão ao examinar a relação entre os pólos regionais e as centenas de freguesias e arraiais. Lourenço observa as cidades do núcleo minerador como sendo responsáveis, coordenadoras e administradoras de seus *respectivos* “sertões”, resultando numa configuração espacial “radial” sintomática de uma relação de drenagem territorial. Esta visão da configuração espacial “radial” difere da genérica e difusa expressão “complexa e dinâmica rede urbana” (MORAES, 2007;82). Lourenço (2007:85) observa:

“No mapa [1], percebe-se que os territórios das comarcas dispunham-se radialmente a partir de suas vilas capitais, como quatro fatias de pizza. A área acinzentada mostra a zona mineradora central, onde se situavam os arraiais do ouro e, portanto, onde havia ocupação colonial efetiva. As zonas em branco correspondem aos sertões, isto é, aos territórios com pouca ou nenhuma presença luso-brasileira”.



Mapa [1]: Capitania de Minas Gerais, 1714: divisão das comarcas e respectivas capitais.

Fonte: Luís Augusto Bustamante Lourenço.

O termo sertão, para o autor, está muito próximo do que Martins (2009) considera uma frente de expansão, onde os *limites* estão definidos como potencialidade (MACHADO, 1998), mas a economia moderna ainda não adentrou, valendo lembrar da necessidade de se ter um “outro de si” em proximidade, dentro de seus limites e desejos. Lourenço (2007:86) afirma que “ao usar-se o qualificativo sertão... pressupõe-se um uso

futuro do território, um desejo de colonizar”, por isso, ressalta que não é possível considerar no século XVIII as comarcas (na sua totalidade) como regiões econômicas, “uma vez que consistiam todas elas, de uma “cabeça” povoada, localizada na zona mineradora, com um “corpo” sertanejo”.

Ao final do século XVIII, esta configuração radial estabelecida antes se tornaria uma rede dendrítica:

“A colonização dos sertões resultava na conformação de uma rede de tipo dendrítica, que se ramificava a partir das vilas-cabeça de cada comarca. Isto ocorria porque as vilas funcionavam como bocas de sertão (Azevedo, 1957), isto é, ponto de partida para as migrações rumo às zonas de fronteira e, posteriormente, núcleo de abastecimento e acesso ao mercado para os colonos assentados além. (...)” (LOURENÇO, 2007:90).

Vale aqui trazer apontamentos de Milton Santos sobre os conteúdos de uma rede neste padrão antes de prosseguir. Ele observa que na configuração dendrítica “as transversais são bastante raras”, e que isto seria originário “do atraso na transformação das estruturas econômicas sociais” (1981:140). Santos chamou de “bacias urbanas” estas estruturas nas quais os “efeitos de curto circuito são a regra geral” (SANTOS, 1981:148), circuitos diretos entre produção agrícola em direção à cidade cabeça, que tem em seus interstícios “fossos” de ligação, que só poderiam ser preenchidos com relações de manufatura ou industrialização, ou seja, com a complexificação dos momentos produtivos.

João Antonio de Paula (1996:93) nos ajuda a entender o papel das cidades cabeça na situação histórica específica de que tratávamos:

“as cidades mineiras dos setecentos são manifestações exemplares do esplendor e dos limites do capital mercantil, de sua incapacidade de transformar as relações sociais e as forças produtivas. A presença do brilho e de uma opulência submetidos ao exclusivo metropolitano – isto é, a transferência permanente das riquezas para a metrópole via preços de monopólio e via tributação”.

Como conclusão deste primeiro debate, é possível pensar que esta limitação imposta pela relação colônia-metrópole tinha como um de seus aspectos fundamentais a colocação das forças da limitação no próprio território: a força centrípeta das cidades nucleares como presença da metrópole na colônia drenava a produção e inibia a complexificação da produtividade na *hinterlândia*, o que não significa, repitamos, que

não tenha se complexificado a agricultura e pecuária local, mas sim que a produção industrial, que depende de circuitos mais divididos de produção e de momentos consecutivos espalhados pelo território, não encontrou possibilidade de se desenvolver.

Esta limitação é posta em cheque em outro artigo do livro aqui em debate. Guimarães e Reis (2007:321) argumentam que

“principalmente em razão de uma concepção mercantilista da colônia, fortemente difundida entre os pesquisadores que, procurando encontrar raízes para o subdesenvolvimento brasileiro, viram nas relações colônia-metrópole, regidas pelo pacto colonial, as causas da dependência e do atraso brasileiro”.

Mas os próprios autores chegam a levantar dois pontos importantes que, por si só, já se dobram contra as suas próprias críticas à historiografia tradicional:

[1] *“Com efeito, se o interesse da Coroa estava centralizado na atividade minerária, ela não poderia negligenciar outras atividades que garantissem sua manutenção e continuidade. É neste contexto que a agricultura deve ser vista, integrando os mecanismos necessários ao processo de colonização desenvolvidos na própria colônia, uma vez que, voltada para o consumo interno, era um meio de garantir a **reprodução da estrutura social**”* (GUIMARÃES & REIS, 2007:323 Grifo nosso).

Ora, se a agricultura regional era um meio de garantir a reprodução da estrutura social, não é possível negar a lógica colônia-metrópole *pela* agricultura. Além disso, vale lembrar aqui que não temos a concepção de “atraso” citada pelo autor, dado que não há disparidade temporal entre o capitalismo periférico e central, participam eles *simultaneamente* do mesmo processo capitalista de produção do espaço. A divisão (teórica) se estabelece pelas particularidades e desigualdades. É por isso que esta nossa constatação, e aí nos separamos de Celso Furtado, não é de caráter desenvolvimentista, não lamenta a nossa não industrialização, apenas constata a divisão do trabalho imposta na situação em questão e a face *negativa* do desenvolvimento capitalista.

Continuemos com um segundo argumento dos autores, agora sobre o comércio propriamente dito:

[2] *“O abastecimento desses núcleos (mineradores) se deu, desde o início, através de dois fluxos... O primeiro correspondeu aos produtos importados de outras regiões, vizinhas a região mineradora, ou mesmo externas à colônia, que chegavam por meio de comerciantes ligados as casa comerciais do Rj e da Bahia que ofereciam todos os tipos de gênero, sobretudo artigos*

de luxo para a população abastada das Minas... O segundo fluxo correspondeu aos produtos internos, comercializados por produtores rurais situados no entorno dos centros urbanos mineiros e ao longo dos principais caminhos de acesso às Minas, que garantiam o abastecimento das zonas mineradoras” (GUIMARÃES & REIS, 2007:325).

Sobre o segundo fluxo, já vimos com Lourenço (2007) e Paula (1996) como é possível enxergá-los como polarizações tipicamente coloniais. É preciso ver agora, a partir mesmo das idéias de Celso Furtado sobre o primeiro fluxo (importação), que as raízes do subdesenvolvimento brasileiro estão aí, no período colonial, para redobramos os argumentos [1] e [2] sobre as críticas iniciais direcionadas à historiografia chamada tradicional. Isto, não sem trazer à tona o essencial do pensamento de Caio Prado Jr.

Em primeiro lugar, é preciso apontar que para Celso Furtado (1972), a modernização avança mais como consumo que como tecnologia (lembramos que para Harvey a criação de novos desejos e novas necessidades é elemento que se combina com o avanço espacial). O avanço por sobre novos espaços fronteiriços (periféricos) não consiste no avanço da tecnologia na mesma medida em que da modernização do consumo. Assimila-se o progresso tecnológico de forma extremamente desigual, e o verdadeiro desenvolvimento ocorre apenas nas áreas em processo de industrialização. Deixemos que o autor, por prolongado mas necessário momento, fale por si só:

“A elevação da produtividade e a modificação nas formas de consumo, sem assimilação concomitante de progresso tecnológico, nos processos produtivos, constituía o ponto de partida da formação das estruturas subdesenvolvidas, forma de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho que surgiu com a revolução industrial” (FURTADO, 1972:10).

(...)

“A história do subdesenvolvimento consiste, fundamentalmente, no desdobramento deste modelo de economia em que o progresso tecnológico serviu muito mais para modernizar os hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos” (FURTADO, 1972:11).

(...)

“Estas condições estruturais operam, por um lado, no sentido de concentrar recursos em áreas prioritárias, por outro no de homogeneizar os padrões de consumo em escala mundial. Da ação convergente destes dois processos resulta que a difusão do progresso tecnológico na periferia do mundo capitalista seja extremamente desigual e relativamente lenta” (FURTADO, 1972:15).

Celso Furtado está, acima, se referindo ao século XIX mais precisamente, mas tais lógicas, mais do que ligadas aos processos do século anterior, são reflexo da impossibilidade histórica de industrialização. Este avanço no tempo é necessário para o debate, na medida em que, para o autor, os problemas com os quais o Brasil se depara até hoje não podem ser compreendidos fora do contexto histórico:

“Nas áreas em que, em razão do pacto colonial, a atividade manufatureira permaneceu atrofiada ou somente surgiu quando não punha em risco o aprovisionador externo, não teve praticamente início o processo de formação de uma burguesia nacional” (FURTADO, 1972:18).

(...)

“A economia mineira, surgindo como um parêntese num mundo essencialmente agrário, acelerou o processo de acumulação e de povoamento, sem modificar de forma perceptível o quadro institucional básico” (FURTADO, 1972:94).

Isto difere muito do que ocorreu na Nova Inglaterra, onde se trataram “de comunidades que nascem *introvertidas* e que logo desenvolverão interesses que não deixarão de conflitar com os da metrópole” (FURTADO, 1972:94). Caio Prado Jr. já atentava, muito antes, para esta diferenciação:

“Aqueles objetivos, que vemos passar para o segundo plano nas colônias temperadas, se manterão aqui, e marcarão profundamente a feição das colônias de nosso tipo, ditando-lhes o destino. (...) É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos” (PRADO JR., 1996:31).

É nesta linha de raciocínio que não podemos negar que as raízes do subdesenvolvimento são históricas. A espacialmente desigual aceleração do processo de desenvolvimento das forças produtivas reproduz a divisão internacional do trabalho, divisão em que Minas se coloca como importadora de bens de consumo e exportadora de ouro e produtos agrícolas, estes últimos servindo também para o abastecimento interno, para reprodução mesma desta estrutura social.

A Guerra dos Emboabas é ponto emblemático para esta discussão sobre o maior ou menor grau de dominação das colônias pelas metrópoles. Esta discussão pode, neste texto, ser anunciada da seguinte maneira: *comunidades introvertidas X sentido externo*.

Longe de considerar aqui a Guerra dos Emboabas uma batalha nativista – pois do ponto de vista da colonização como evento de avanço fronteiriço os bandeirantes são a personificação deste processo – pode-se levantar uma hipótese: a de que esta Guerra representa o avanço das frentes pioneiras por sobre as frentes de expansão, mas uma frente de expansão relativamente autônoma, que desenvolvia caminhos próprios pelos sertões, caminhos que não tinham uma “cidade cabeça”. Isto significa dizer que a derrota dos paulistas seria a condição para o avanço das tecnologias modernas por sobre o território, avanço para os quais as relações de produção bandeirantes se mostravam como obstáculos. A drenagem que estas novas “tecnologias” (as cidades e vilas nucleares) vão estabelecer outro tipo de configuração espacial.

Aqui entra o terceiro e último texto do livro em debate. A autora Adriana Romeiro (2007) se debruça sobre o tema da Guerra dos Emboabas por um viés diferente. Ela argumenta que os estudos dos últimos cinquenta anos tendem a repetir abordagens marxistas, e que mais recentemente abriu-se o “campo *do imaginário e da cultura como locus privilegiado* para se captar as concepções e práticas políticas em curso em certa sociedade” (ROMEIRO, 2007:529. Grifo nosso). A autora dá extremo valor ao “imaginário político” paulista como sendo a garantia de sua presença e expansão pelas fronteiras brasileiras antes desta guerra, pois “os paulistas haviam desenvolvido a prática de oferecer os seus serviços à Coroa em troca de bens previamente negociados” (ROMEIRO, 2007:531).

A bem da verdade, ainda não se tinha por parte da coroa a certeza da presença do ouro em grande quantidade, os paulistas guardavam estes segredos a sete chaves, prevendo uma modificação nestas relações de poder. Mas não tardou, lembra mesmo a autora, a mudança deste cenário:

“A coroa estava revendo a política de portas fechadas para as Minas e a exclusividade do domínio paulista, interessando-se mais abertamente pela exploração das minas, e os protestos dos paulistas iam de encontro à necessidade da colonização” (ROMEIRO, 2007:531).

A autora insiste no ponto de vista do imaginário como definidor do conflito. A vitória dos Emboabas, pela sua leitura do evento, pode ser assim explicada:

“foi no campo das representações que a perspicácia do partido emboaba foi decisiva. Com extrema habilidade, lançaram mão do imaginário negativo sobre os paulistas, extraindo dele as principais acusações com que

construíram um discurso antipaulista... os emboabas foram mais engenhosos, transformando o campo ideológico no seu principal campo de batalha. Souberam construir um aversão muito peculiar do episódio, interpretando-o como o embate entre os fiéis vassalos de sua majestade, dedicados em reprimir as desordens e abusos, contra os paulistas, a gente feroz, dada a todo tipo de tirania, insubmissa e desordeira” (ROMEIRO, 2007:545. Grifo nosso).

A compreensão deste conflito, diferentemente do que sugere a autora que se limita à questão do “imaginário local”, pode ir além. Pode ser enxergado como uma necessidade (crítica) de expansão espacial das fronteiras externas da metrópole, pela necessidade de criação, territorialização e controle de uma Capitania chamada Minas Gerais. Destituir e fragmentar o território dos paulistas e dar as condições do poder efetivo da coroa pelas fronteiras, que logo deixariam de ser fronteiras pela criação de vilas administrativas, pode ser considerado o objetivo que direcionou o desfecho do conflito. O sertão, com relações “bandeirantes” de produção, não “classicamente” capitalistas, mas “periféricamente” capitalistas, vira “frente pioneira”, e a “frente de expansão” se expande transformando e preparando o território virtual.

Proposta para uma leitura crítica da “geo-grafia” das Minas Gerais setecentistas

O que é possível enxergar partindo da idéia de uma “sobreposição de frentes” na fronteira, para maior facilidade do entendimento do processo, é a primazia de um padrão “rizomático”, composto tanto pela drenagem dos sertões realizada pelas vilas nucleares quanto pelo escoamento do ouro e riquezas pelos caminhos “velhos e novos” em direção aos portos. Tal lógica espacial vem a se sobrepor ao que se constituía pelos paulistas como “arco bandeirante” (grosso modo, São Paulo – Nordeste, pelo interior, principalmente pelo Vale do São Francisco), que passa a servir como uma espécie de faixa de abastecimento pelas suas qualidades antigas. Este padrão espacial se assemelha a um rizoma na medida em que poucos caminhos principais (sem contar os subversivos) partem dos portos exportadores (São Paulo/Santos e Rio de Janeiro) em direção ao núcleo mineiro, ponto focal (objetivo) de onde “explodem” diversos caminhos em padrão dendrítico em direção aos sertões.

Esta “forma” resultante da configuração espacial, aqui denominada “rizomática” por simples analogia, já contém em si características de determinações externas. O rizoma, como raiz, tem como função principal a absorção, mas, além disso, pode se reproduzir a partir do seu núcleo, ou explodir aqui para nós, com apenas um fio (ou poucos caminhos principais) de conexão com o resto do sistema (portos e Europa). O “explodir” na nossa análise é garantido pelas “tecnologias” administrativas, organizadoras e centralizadoras das vilas nucleares.

Para Andrew Gunder Frank (1973), esta configuração pode ser considerada uma “satelitização”, que se repete na escala da relação internacional entre centro e periferia, sendo as metrópoles periféricas satélites do centro do desenvolvimento capitalista, e os tentáculos dos quais ela é o centro seriam a articulação dos seus satélites internos. Raciocínio importante na medida em que reúne a divisão internacional e territorial (ou metropolitana e colonial) do trabalho numa mesma lógica simultânea. Segundo o autor “as relações metrópole-satélite não se limitam ao nível imperial ou internacional, mas penetram e estruturam a própria vida econômica, política e social interna dos países e colônias da América latina” (FRANK, 1973, p. 28). A dificuldade básica para compreender esta realidade está em perceber a “geração simultânea de subdesenvolvimento em algumas de suas partes e de desenvolvimento econômico em outras” (FRANK, 1973, p. 26).

Esta crítica pode significar também uma insuficiência do próprio termo “rede” em explicar os fenômenos, pois a palavra “rede” por definição, pressupõe o cruzamento em diversos pontos do que se considera como fios, cruzamentos atípicos num padrão dendrítico. Tal insuficiência do conceito geográfico das redes já foi discutida por nós em outro trabalho (COSTA, 2010), e não nos cabe aqui demonstrá-la novamente, basta dizer que o termo “rede” esconde a lógica por trás das formas (conteúdo).

O que se vê grafado no e como espaço nestes caminhos é a configuração da lógica de um sistema econômico que coloca as Minas Gerais setecentistas no movimento global de expansão das fronteiras. A configuração espacial dos caminhos das Minas Gerais setecentistas é a resultante do processo, o produto, ainda que seja o meio físico que dá as condições para a reprodução da mesma lógica centro-periferia. É por isso que a consideramos com um papel ativo, com um *sentido*, como uma máquina, mas operando em nível/escala territorial. O espaço como força-produtiva.

Bibliografia

ALFREDO, Anselmo. *Modernização e Reprodução Crítica: Agroindústria do Leite e Contradições do Processo de Acumulação*. Publicado em GEOUSP. Espaço e Tempo, Revista de Pós-Graduação, DG-FFLCH-USP, n. 24, 2008, p. 63-108.

COSTA, Rafael Giorgi. *Redes e Rédeas*. In: Anais do II Simpósio Internacional Caminhos Atuais da Cartografia na Geografia: O mapa como forma de expressão das geografias. FFLCH/USP, 2010. p. 1336-1362.

FURTADO, Celso. *Análise do "Modelo" Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Lia, 1969.

GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Flávia Maria da Mata. *Agricultura e Mineração no Século XVIII*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (coordenadores). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Volume 1. Belo Horizonte: Ed. Autêntica; Ed. Companhia do Tempo, 2007.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2001.

LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. *Das Fronteiras do Império ao Coração da República: O Território do Triângulo Mineiro na Transição para a Formação Sócio-espacial Capitalista na Segunda Metade do Século XIX*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, 2007.

MACHADO, Lia Osório. *Limites, Fronteiras, Redes*. In: T.M.Strohaecker, A.Damiani, N.O.Schaffer, N.Bauth, V.S.Dutra (org.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998, p.41-49.

MACHADO, Lia Osório → GRUPO RETIS. *Sistemas, Fronteiras e Território – 1. Sistemas de Estados e Limites Internacionais*, 2002. Disponível em: <www.igeo.ufrj.br/fronteiras>. Acesso em 10 de Março de 2011.

MARTINS, José de Souza. *A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MORAES, Fernanda Borges de. *De Arraiais, Vilas e Caminhos: A Rede Urbana das Minas Coloniais*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (coordenadores). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Volume 1. Belo Horizonte: Ed. Autêntica; Ed. Companhia do Tempo, 2007.

NOVACK, George. *O Desenvolvimento Desigual e Combinado na História*. São Paulo: Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

PAULA, João Antonio de. *O Processo de Urbanização nas Américas no Século XVIII*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Brasília: Editora Brasiliense, 1996.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (coordenadores). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Volume 1. Belo Horizonte: Ed. Autêntica; Ed. Companhia do Tempo, 2007.

ROMEIRO, Adriana. *A Guerra dos Emboabas: Novas Abordagens e Interpretações*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (coordenadores). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Volume 1. Belo Horizonte: Ed. Autêntica; Ed. Companhia do Tempo, 2007.

SANTOS, Milton. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1981.